

CAPÍTULO 3

REFERENCIAIS TEÓRICOS
E MODELOS

Uma vez fixado o desafio interdisciplinar, quais, então, as possibilidades de se eleger referenciais teóricos para o estudo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho? Seria possível, ainda, também definir paradigmas para esse mesmo estudo? Tentemos responder a essas questões.

Muito embora não exista uma unicidade de enfoques, já que, muito antes da constituição do campo da SMRT, diferentes disciplinas vinham estudando fenômenos como fadiga, estresse, "neuroses do trabalho", alienação e dominação nos ambientes de trabalho, utilizando referenciais teóricos e mesmo alguns modelos que lhes eram próprios, o fato é que alguns desses referenciais passaram a ser utilizados em estudos voltados para a investigação da relação entre aspectos laborais e a constituição de distúrbios mentais em geral e, especialmente, dos psicossomáticos e psicossociais. Esses estudos foram vinculados a diferentes correntes de pensamento científico. Podemos então distinguir:

1) *As abordagens que têm suas raízes na teoria do estresse.* A teoria do estresse foi formulada nos anos 1930 pelo endocrinologista canadense Selye. O referencial básico vinculado a esse modelo provém da Fisiologia, estando coerente com a perspectiva positivista dominante nos estudos da Medicina e com a visão behaviorista. Diversos desenvolvimentos origi-

naram modelos mais complexos do que o inicialmente formulado dentro dessa corrente. É o modelo que mais se presta à construção de bases de dados para estudos quantitativos e tem sido utilizado em estudos epidemiológicos que procuram identificar os fatores de risco (estressores) em diferentes setores da economia e ocupações. O modelo também é aplicado à prevenção, buscando diminuir ou eliminar os fatores de risco constatados no trabalho. Diferentes técnicas de terapia comportamental têm sido desenvolvidas para tratamento dos trabalhadores que apresentam patologias que essa corrente interpreta como decorrentes do *workstress*.

2) *A corrente voltada para a utilização do referencial psicanalítico.* Essa corrente se concentra nos processos subjetivos ou intrapsíquicos, mas também examina os intersubjetivos e, por conseguinte, as relações interpessoais, e na abordagem feita pela Psicodinâmica do Trabalho avança para o exame dos fenômenos de caráter coletivo que têm por cenário os locais e situações de trabalho. Já na abordagem psicanalítica inglesa, o contexto macroeconômico também vem sendo considerado nas ações desenvolvidas junto às organizações (ARMSTRONG; LAWRENCE; YOUNG, 1997). A psicanálise tem fundamentado importantes pesquisas qualitativas. Por outro lado, inserida nas práticas de serviços voltados ao atendimento de trabalhadores adoecidos, tem também proporcionado ações terapêuticas valiosas simultaneamente com novas descobertas em Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho (PEZÉ, 2002 e 2008).

3) *O modelo que adota o conceito de desgaste.* Esse modelo se vincula à abordagem em que a *noção de desgaste* emerge dos estudos dos *processos de trabalho*. A *concepção de desgaste está vinculada à ideia de consumo do substrato e das energias vitais do trabalhador*. Adotou originalmente como fundamento teórico o *materialismo dialético e a perspectiva histórica* (LAURELL, 1983; LAURELL; NORIEGA, 1989).

Esse referencial teórico tem tido inúmeros desenvolvimentos à medida que integra contribuições da Psicologia Social, de outras Ciências Sociais e da Psicanálise. Uma perspectiva de análise fundamental no estudo da produção do desgaste mental no trabalho é o que focaliza a *dominação* — sempre de modo contextualizado. Os estudos sócio-históricos, ligados à mesma base teórica e que estudam as transformações do trabalho humano — quer em seus aspectos técnicos, quer nos organizacionais e nos que dizem respeito às relações sociais de produção —, oferecem um outro referencial de suma importância para os estudos em SMRT.

Sem considerar algumas outras abordagens por enquanto menos desenvolvidas, apresentaremos, a seguir, alguns detalhamentos sobre os três enfoques teóricos acima considerados.

1. A TEORIA DO ESTRESSE

A teoria do estresse, bastante conhecida, não será aqui revista. Iremos nos restringir, inicialmente, a apresentar, de forma sintética, o referencial que diz respeito ao *conceito de estresse* em sua aplicação a situações humanas no trabalho.

Na atualidade, o conceito de estresse apresenta-se como hegemônico, presidindo as formulações adotadas pelos especialistas responsáveis por elaborar a categorização e as rubricas referentes a um amplo conjunto de distúrbios mentais, relacionados ao trabalho, no capítulo V(F) — que trata dos transtornos psíquicos — na Classificação Internacional das Doenças (ICD-10) da Organização Mundial de Saúde. As numerosas rubricas que contêm a palavra “estresse” revelam essa opção conceitual. A ICD-10 utilizou também amplamente o critério descritivo (descrição do conjunto de sintomas e sinais de cada distúrbio), afastando-se dos critérios que distinguiram neuroses e psicoses na Classificação Internacional anterior (ICD-9). As *determinações sociais* dos distúrbios não são refletidas nas rubricas diagnósticas, que em geral invisibilizam a relação entre adoecimento mental e trabalho. Existe a possibilidade de assinalar fatores sociais que influenciam o estado de saúde, adicionando à indicação do diagnóstico as rubricas que correspondem aos “fatores que influenciam o estado de saúde” selecionados a partir do capítulo XXI da mesma CID-10, em que constam rubricas Z-00 a Z-99 para tal finalidade. Tal assinalamento, na prática brasileira, tem obtido êxito ainda bastante limitado com vistas ao reconhecimento do nexos causal junto às instâncias previdenciárias.

Não obstante, como a teoria do estresse facilita os estudos epidemiológicos, sua adoção nas estatísticas oficiais permitiu que a OMS constataste a gravidade e a magnitude representadas atualmente pelo *estresse ocupacional*, num relatório de 2007 (OMS, 2007).

Selye desenvolveu estudos experimentais em laboratório, onde examinou os fenômenos fisiológicos relacionados com as reações do orga-

nismo diante de situações agudas de ameaça ou de agressão, analisando como o sistema neuroendócrino e outros setores (cardiocirculatório; musculatura estriada; aparelho digestivo, entre outros) modificavam seu funcionamento nas fases que se seguiam à agressão. Na fase imediata, que recebeu o nome de “reação de alarme”, o fenômeno mais característico é uma súbita descarga de adrenalina na circulação sanguínea, que dá origem a uma série de rápidas modificações circulatórias e de tônus muscular, já correlacionadas por Cannon a uma “reação de luta ou fuga”, por corresponderem às respostas em face do perigo. Sucede-se uma segunda fase, de adaptação à situação estressante. Caso essa fase se prolongue muito, sobrevirá o desequilíbrio (esgotamento).

Mais tarde, passaram a ser estudadas situações não agudas geradoras de mal-estar. Nesses casos, vários fatores (*estressores*) atuavam de modo *estressante ao longo do tempo*. Os *distúrbios funcionais do tipo neurovegetativo eram os mais frequentes*. Os estudos direcionados a situações de trabalho verificaram, igualmente, estressores que levavam à ruptura do equilíbrio e à doença no decurso de períodos mais ou menos prolongados (KARASEK; THEORELL, 1990). Os distúrbios funcionais poderão conduzir, inclusive, a danos estruturais do organismo. Isto é, o prolongamento dos transtornos psicofisiológicos pode culminar em lesões orgânicas.

Centrados inicialmente numa estrita visão fisiológica, os pesquisadores filiados a essa corrente de estudo partiram em várias direções. Alguns passaram a investigar com maior atenção os aspectos cognitivos, especialmente as possibilidades de que, através da aprendizagem, os indivíduos pudessem desenvolver formas de lidar com os estressores, logrando modos de adaptação e, portanto, de prevenção dos distúrbios da saúde. Outros desenvolveram estudos sobre a importância dos fatores sociais, tanto em sua ação estressante quanto em suas possibilidades preventivas. No caso especial dos estudos de estresse vinculados ao trabalho (*work-stress*), as pesquisas procuraram identificar fatores laborais que assumiam o papel de estressores e consideraram o *apoio social* como principal aspecto protetor. A identificação de fatores estressantes e os elementos situacionais configuradores de apoio social têm sido objeto de numerosas investigações.

Realizando uma revisão da literatura a respeito do assunto, Kalimo (1987) formou uma lista dos estressores já estudados e os dividiu em nove categorias:

1) Estressores relacionados às exigências para a realização das tarefas. Essa categoria compreende os vários aspectos que determinam a sobrecarga quantitativa e qualitativa, bem como a subcarga qualitativa do trabalho repetitivo e fragmentado e a subcarga quantitativa das atividades em que há escassas tarefas a desempenhar — como, por exemplo, o trabalho dos vigias.

2) Organização e gerenciamento. Assinala nesse elenco: falta de possibilidade de tomar decisões, burocracia, autoritarismo e gerência “inadequada”.

3) *Work-Role* (Papéis desempenhados): ambiguidade e conflito de papéis.

4) Problemática referente à carreira: falta de perspectivas quanto ao progresso, desinformação quanto a perspectivas, critérios de promoção obscuros.

5) Horários de trabalho inconvenientes. Destaque para o regime de trabalho em turnos alternados (turnos de revezamento).

6) Limitação dos contatos interpessoais.

7) Pouca segurança no emprego.

8) Riscos físicos e químicos.

9) Problemas na interface trabalho/lar.

Kalimo considera ainda que, além da análise desses estressores, é indispensável estabelecer correlações com indicadores de ordem psicológica, fisiológica, comportamental e clínica para caracterizar os riscos psicossociais do trabalho na mensuração de seus efeitos sobre a saúde.

Risco, de acordo com o ponto de vista da Epidemiologia, é definido aqui como a probabilidade de que pessoas expostas a determinado fator ou elenco de fatores sofram danos em sua saúde. Podemos, portanto, ter situações de trabalho que configurem alto ou baixo risco para a saúde mental. Nessa abordagem é geralmente adotada a expressão *fator de risco*.

A partir dos anos 1980, um considerável conjunto de estudos desenvolvidos dentro dessa corrente tem utilizado como referência o chamado *modelo tridimensional do ambiente psicossocial de trabalho* proposto pelo pesquisador sueco Robert Karasek, em fins dos anos 1970. Os três eixos básicos considerados são: 1) as exigências do trabalho; 2) os níveis de apoio social ao executante das tarefas e 3) os níveis de controle do trabalhador

sobre seu próprio desempenho. Este último eixo, que o autor também considera como correspondente à “latitude de decisão” do trabalhador, representa um importante avanço teórico, na medida em que abre uma perspectiva valiosa para o desenvolvimento de pesquisas sobre as determinações macrossociais e organizacionais que delimitam a liberdade de decisão. Predominam ainda, entretanto, os estudos que, a partir desse modelo, têm examinado as formas pelas quais a aprendizagem possibilita ao empregado o desenvolvimento de habilidades que o capacitam a ampliar essa “latitude de decisão” (KARASEK; THEORELL, 1990) em resposta às exigências do trabalho. Tem sido dada muita atenção, ainda, às formas de enfrentamento das situações *estressantes*, e o termo inglês *coping* tem designado, genericamente, as estratégias e modos que as pessoas desenvolvem para *lidar* com tais situações.

Crescem nos últimos tempos, também, as pesquisas que, com base nessa corrente teórica, se voltam para o estudo das diferentes formas de apoio social e de seu valor preventivo — em especial com referência à doença coronariana e à hipertensão arterial. Diferentes outros modelos têm sido propostos, dentro da corrente teórica do estresse, incorporando vários elencos de fatores neurofisiológicos e psicossociais, porém nenhum deles alcançou tão extensa utilização quanto o modelo demanda/controla.

A corrente teórica voltada ao estresse pesquisou durante as quatro últimas décadas correlações entre o *work-stress* e uma série de patologias estudadas sob enfoque psicossomático. Dentre as que foram alvo dessas investigações podem ser mencionadas: hipertensão arterial; doença coronariana, inclusive infarto do miocárdio, alterações do ritmo cardíaco; distúrbios funcionais do aparelho digestivo, gastrite nervosa; asma e outros distúrbios. Não obstante, a teoria do estresse é insuficiente para explicar a psicopatogênese de diferentes categorias de transtornos mentais que têm sido relacionados ao trabalho e que serão abordados em outras partes deste livro.

Aplicações à prevenção

Alguns conceitos desenvolvidos dentro da corrente teórica do estresse têm se revelado valiosos para as práticas de prevenção e tratamento

em Saúde Mental Relacionada ao Trabalho. É o caso do conceito de *enfrentamento*, que foi desenvolvido por Lazarus (1966), autor que inicialmente apontou a necessidade de analisar o nexo existente entre as características de um *estressor* e as alternativas do ser humano para o enfrentamento desse mesmo estressor em diferentes situações sociais. Posteriormente esse autor analisou o enfrentamento realizado através da *mobilização de apoio social e afetivo*. Isto é, de que modo os indivíduos acionam esses apoios ou de que forma os apoios podem ser mobilizados, com objetivos preventivos, pelas instituições. A partir desses estudos, outros pesquisadores têm procurado investigar especialmente os tipos de *apoio social* que apresentam eficácia para reduzir mal-estar psicológico e adoecimento (mental ou psicossomático) nas situações de trabalho. A questão da aplicação da ótica do estresse à prevenção recebe grande atenção também no Brasil (GLINA; ROCHA, 2000 e 2010).

Tanto os produtos neurotóxicos e fatores cronobiológicos quanto fatores psicossociais têm sido analisados nesses processos de alterações funcionais e metabólicas que estão relacionados, também, ao surgimento de ansiedade e alterações do humor. Especialmente as descobertas sobre ações patogênicas de diferentes substâncias químicas têm sido esclarecidas, explicando quadros depressivos relacionados com a exposição laboral (WAISMANN, 2000 e 2003).

Mais recentemente, têm sido desenvolvidos novos estudos voltados ao entendimento da causalidade das depressões a partir de uma perspectiva psicofisiológica que envolve o estresse como mediador. Não existe dúvida de que o estresse laboral prolongado vulnerabiliza o indivíduo, *facilitando* a eclosão de diferentes distúrbios orgânicos e psíquicos, inclusive das depressões. Davezies (2004) esclarece de forma muito compreensível esse complexo processo de conexão entre situação de trabalho, corpo e psiquismo, ao explicitar o duplo e imbricado caminho — psicossocial e fisiopatológico — que vai do assédio moral às depressões.

As investigações referentes ao estresse, não obstante muitos avanços, mostram-se ainda insuficientes para explicar a grande parte das categorias de diagnóstico psiquiátrico que têm sido correlacionadas ao trabalho através de observações e pesquisas implementadas internacionalmente.

É na aplicação de práticas preventivas e também no tratamento de transtornos psíquicos relacionados ao trabalho que um grande número

de profissionais de saúde tem utilizado mais amplamente os conceitos referentes ao estresse. As *terapias cognitivas*, fundamentadas nessa linha teórica, buscam desenvolver conscientização e conhecimento dos mecanismos do estresse para que o próprio paciente aprenda a evitar fatores estressantes ou comportamentos que “disparem” ou que “alimentem” seus sintomas. Múltiplas técnicas têm sido desenvolvidas nessas abordagens terapêuticas voltadas a transformar comportamentos e reações psicofisiológicas a partir do conhecimento dos próprios mecanismos favorecedores do estresse. David Barlow e outros psicoterapeutas conceituados divulgam resultados de suas experiências no desenvolvimento e aplicação de diferentes métodos e técnicas terapêuticas. Esse grupo criou, além de um protocolo unificado, diferentes protocolos especiais direcionados de acordo com o quadro clínico. Pelas dificuldades que as várias linhas terapêuticas encontram em obter remissão definitiva dos sintomas presentes no transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), têm merecido grande interesse os protocolos destinados ao tratamento desse distúrbio. Depressões e transtornos de ansiedade também recebem variadas formas especiais de atenção (BARLOW et al., 2009; REZIK; MONSON; RIZVI, 2009).

Aspectos críticos

As críticas ao modelo do estresse partem de vários autores. Uma das críticas mais importantes questiona os limites da formulação que atribui as alterações do equilíbrio psicofisiológico a fatores (estressores) de diferentes ordens sem estudar as interações. Assim, o modelo não permite analisar a complexidade das *interações* que se verificam *entre os estressores vinculados à situação de trabalho*. Por outro lado, os *processos sociais* relacionados ao adoecimento também não poderiam ser reduzidos a *fatores* de estresse sem que se estudasse a dinâmica em que interagem e se desdobram. Em suma, o modelo não ofereceria base para analisar nem as interações entre fatores estressantes nem os *processos* psíquicos presentes na psicopatogênese (o que acontece na mente dos trabalhadores submetidos aos estressores do trabalho). Pois seria fundamental, para aceitar o modelo explicativo, que este deixasse claro como leva às mudanças subjetivas presentes na gênese dos diferentes transtornos mentais que têm sido correlacionados ao trabalho.

A análise crítica dos estudos realizados em adesão ao conceito de estresse se reporta ainda a dois aspectos essenciais que se vinculam ao *reducionismo* que a perspectiva positivista tem imprimido a essas investigações. Maschewsky (1982a e 1982b) examina especialmente o *reducionismo*, com prejuízo para importantes dinâmicas e aspectos *sociais*, em que têm incorrido diferentes linhas de investigação conectadas à corrente do estresse. O autor detalha as limitações teórico-metodológicas dessa abordagem. Chanlat (1990), em outra revisão, procurou comparar as perspectivas do estresse e as da Psicopatologia do Trabalho nos termos em que esta havia sido teorizada por Dejours (antes do advento da linha teórica designada como PDT) e considerou que os diferentes modelos que utilizam o conceito de estresse estão essencialmente dirigidos a uma *objetivação* de fatores sem considerar as *vivências subjetivas*. Chanlat tece interessantes considerações nesse estudo comparativo, concluindo que há uma diferença essencial entre as duas correntes quanto aos *modos* de visualizar o ser humano. Afirma, então, que: “se delinea, a partir das numerosas pesquisas sobre o estresse laboral, o modelo que faz aparecer o ser humano como uma ‘máquina’ biopsicossocial, abstrata, submetida à normalidade estatística”. E acrescenta: “Mais psicológico do que sociológico este modelo busca, antes de tudo, que cada um possa encontrar seu equilíbrio e possa se adaptar a seu ambiente de trabalho” (p. 124). Outra diferença importante seria a de que, nos estudos referidos ao estresse, o enfoque individual predomina, sem que se investigue, entretanto, a dinâmica dos sentimentos. A *vida mental*, nessa perspectiva, estaria sendo reduzida a fatores, do mesmo modo que uma máquina é analisada em termos de seus componentes mecânicos e de peças.

No entanto, as análises críticas de Maschewsky e de Chanlat apontam para a esperança de novos desenvolvimentos em que os *reducionismos* possam ser superados. Maschewsky examina a esse propósito o “*conceito integrado de estresse*” que, muito embora necessite maior elaboração teórico-metodológica, se proporia a analisar toda a complexidade das situações de trabalho, sincrônica e diacronicamente, em sua inter-relação com o *psiquismo* dos executantes (MASCHEWSKY, 1982a).

Chanlat, por seu lado, considera que existem grandes dificuldades para uma aproximação entre as duas abordagens, devido à diferença profunda dos pressupostos sobre a dimensão humana. Mas acrescenta

que, se houvesse oportunidades para tal diálogo, ambas se beneficiariam futuramente.

* Os resultados dos tratamentos realizados sob perspectiva do estresse, mesmo alcançando resultados positivos, levam à crítica de que essa abordagem induz os trabalhadores a *responsabilizar a si próprios pelo adoecimento, a não perceber a dimensão coletiva* deste, bloqueando assim o despertar de uma consciência crítica e as mobilizações do pensamento e da ação que poderiam ser canalizadas para o plano coletivo, objetivando transformar e humanizar o ambiente e a organização do trabalho.

As transformações mais recentes do mundo do trabalho conduziram a novas observações sobre os limites da perspectiva teórica do estresse, mesmo considerando o que já foi um de seus mais exitosos modelos.

Em quase trinta anos, foi realizado um número imenso de investigações a partir do modelo de Karasek tanto na Europa quanto nas Américas. Nos últimos anos, entretanto, o peso da imprevisibilidade quanto ao aumento da insegurança no emprego, ao lado de outros aspectos novos, levou à declaração, pelo próprio Karasek, da necessidade de outras avaliações que se acrescentem às realizadas, mediante o modelo por ele formulado. Afirmou o autor:

Grupos populacionais em situações de emprego inseguro, que possuem os mais altos níveis de estresse, têm que ser cobertos por novos tipos de desenhos de pesquisa — especialmente relevantes na medida em que a economia global modifica a natureza das relações de trabalho. Como estamos mais expostos às tensões da economia global, novas medidas (mensurações) em nível macro são necessárias para testar a perda de controle local e a intensidade aumentada da atividade de trabalho. (KARASEK, 2007)

Em estudos direcionados a avaliar exacerbações de estresse que levam à exaustão na síndrome denominada *burnout*, o modelo demanda/controlado também foi considerado insuficiente em uma investigação referente a *cuidadores (human service workers)* e em outro focalizado em enfermeiras, nos quais os pesquisadores constataram que o *suporte social não moderou o impacto de altas exigências e outros aspectos estressantes* (RAFFERTY; FRIEND; LANDSBERGIS, 2001, p. 73-85; KONIAREK; DUDEK, 1996, p. 99-106).

2. PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS

A abordagem psicanalítica, sempre que contextualizada, tem permitido importantes entendimentos e ampliação dos conhecimentos da dinâmica intrapsíquica e intersubjetiva em SMRT.

Em diferentes países europeus ocorreram desenvolvimentos distintos dessa corrente. Giovanni Jervis, na Itália, associou a perspectiva psicanalítica ao materialismo dialético nas atividades que desenvolveu junto a operários industriais durante os anos 1970. Na Alemanha, Volmerg e seus colegas do Departamento de Psicologia Social da Universidade de Bremen estudaram as transformações organizacionais em curso na reestruturação produtiva dos anos 1980 utilizando o referencial freudiano, juntamente com conhecimentos de psicologia social e a visão de filósofos da Escola de Frankfurt. Identificaram, já então, repercussões negativas sobre a vida psíquica e o cotidiano dos empregados que apresentavam várias formas de mal-estar no decorrer das mudanças organizacionais (JERVIS, 1979; VOLMERG; SENGHAAS-KNOBLOCH; LEITHÄUSER, 1986).

Na Grã-Bretanha, o referencial psicanalítico tem originado textos valiosos e intervenções organizacionais,¹ conforme os trabalhos de Armstrong, Lawrence e Young (1997), já mencionados na síntese sobre contribuições da psicanálise à SMRT. Esses estudos e atividades se fundamentam principalmente em conceitos desenvolvidos por Melanie Klein e outros psicanalistas ingleses como Wilfred Bion, Elliot Jaques, Isabel Menzies e Donald Winnicott. Bion havia identificado o que denominou *pressupostos básicos* do funcionamento (dinâmica) dos grupos humanos. Jaques e Menzies, nos anos 1950, como já foi dito, estudaram os *mecanismos psicológicos de defesa socialmente articulados*. Winnicott, conhecido por sua imensa contribuição à compreensão do psiquismo infantil, também realizou outras descobertas sobre a repercussão de experiências sociais na esfera subjetiva e na construção da confiança. Ao mostrar de que modo a confiança se torna fundamental, tanto para a constituição dos laços afetivos quanto para a mobilização da inteligência criativa na aprendizagem e no trabalho, Winnicott ofereceu, assim, embasamento às observa-

1. Os psicanalistas ingleses citados, que no passado e na atualidade têm se dedicado a estudos de grupos e organizações, tiveram ou possuem vínculos com o Tavistock Institute of Human Relations de Londres, a mais conhecida instituição psicanalítica da Grã-Bretanha.

ções que atualmente vêm sendo efetivadas em empresas do país pelos pesquisadores de que falaremos a seguir.

Como já foi exposto, o referencial desenvolvido por Klein e Bion foi utilizado pela abordagem psicanalítica de consultores de organizações inglesas e tornou possível obter resultados que esclareceram a dinâmica psíquica deflagrada pela instabilidade da economia global. Esses pesquisadores também estudaram outros processos psicossociais que ocorrem ao longo das transformações em curso e que envolvem todos os escalões hierárquicos das organizações. Em vários casos foi confirmado que a dinâmica psíquica que bloqueia a criatividade tem sua fonte em diretrizes organizacionais voltadas a um controle coercitivo. Ao mesmo tempo, os estudos revelaram fontes de desgaste mental derivadas dos "paradigmas de excelência" adotados pelas empresas. Descobriram, assim, que profundas *regressões psicológicas* estão sendo acionadas nos assalariados pelas práticas de gestão adotada. Assim, *infantilização* e *dependência* puderam ser assinaladas em muitas situações. Aspectos perversos que penetram na gestão de pessoas foram igualmente revelados. A deformação do psiquismo foi constatada tanto nos subordinados quanto nos próprios gestores (ARMSTRONG; LAWRENCE; YOUNG, 1997).

Uma nova linha de estudos em SMRT começa a se esboçar a partir de estudos que integram Psicologia Social e Psicanálise para analisar a dinâmica em que o *ressentimento* se inscreve e se desdobra nas subjetividades, nas relações interpessoais e no âmbito coletivo. Dessa forma, a atenção vem sendo chamada, por filósofos e cientistas também articulados à perspectiva psicanalítica, para o potencial psicopatogênico do ressentimento individual e o potencial de revolta e *explosividade política* do *ressentimento acumulado*, no primeiro caso em pessoas, e no segundo em populações ou segmentos sociais longamente submetidos a desrespeito e/ou exploração. Na área de estudos psicossomáticos, igualmente, o ressentimento tem sido alvo de estudos. Como já foi dito, o psiquiatra Louis Le Guillant — que não era psicanalista — foi pioneiro na identificação da importância desse aspecto na origem de adoecimentos e mesmo de conflitos graves — como os que podem resultar em assassinato (LE GUILLANT, 1963).

O *ressentimento*, assim como todos os sentimentos considerados "negativos" — raiva, ódio, cobiça e inveja —, parecem despertar certa ojeriza

aos estudiosos. O filósofo Pierre Ansard, em um famoso ensaio no qual relaciona o ressentimento à memória e à História, reconhece essa resistência, mas chama a atenção para a necessidade de empreender esse estudo, quando nos diz que:

É preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois são exatamente estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento. Vamos, portanto, evocar a parte sombria, inquietante e frequentemente terrificante da história. Enquanto nos dirigimos espontaneamente às dimensões positivas das relações humanas, esquivamo-nos dos ódios, dos fantasmas, da morte e das hostilidades ocultas que fazem parte da história. Entretanto, devemos nos esforçar para compreendê-los e, se possível, explicá-los. (ANSARD, 2001, p. 15-16)

Certamente, apenas entendendo como se origina o ressentimento é que poderemos buscar meios de preveni-lo. Algo fundamental, pois o ressentimento não se restringe ao mundo do trabalho — tem rompido os diques que o continham e explodido em conflitos de toda ordem no cenário contemporâneo.

No caso do ressentimento que nasce e se intensifica em certas situações de trabalho, vinculado às dimensões individuais e coletivas estudadas em SMRT, importa conhecer melhor a questão, para assim poder evitar que ocorra e se alastre, dizimando a vitalidade dos indivíduos e os laços significativos que foram historicamente tecidos entre seres humanos nos ambientes de trabalho e em outras esferas da vida social. E, como tem sido estudado também por Axel Honneth, o *conhecer a face inconsciente desse ressentimento é essencial*. Honneth explica, à luz das Ciências Sociais e da Psicanálise, como a *vergonha silenciosa* engendrada pelo menosprezo e pela falta de reconhecimento podem ser mediadoras na germinação de um ressentimento profundo (HONNETH, 2003).

Conforme assinalamos no item dedicado às disciplinas do campo da SMRT, vários psicanalistas brasileiros têm contribuído para construir conhecimento sobre caracterização de aspectos subjetivos mobilizados nas situações de trabalho em nosso contexto.

Vinculado em grande parte à Psicanálise, destaca-se o quadro teórico construído pela *Psicodinâmica do Trabalho* (PDT) para a análise dos fenôme-

nos psíquicos e intersubjetivos que se conectam no âmbito microsocial da situação de trabalho. Esse quadro vem sendo adotado em pesquisas qualitativas. Os conhecimentos desenvolvidos pela PDT, já resumidos ao abordarmos essa disciplina, possuem notável potencial preventivo e também oferecem ingredientes importantes à psicoterapia dinâmica (de embasamento psicanalítico). O potencial preventivo, entretanto, vem sendo seriamente limitado na prática de grande parte das empresas, pela dominância do ideário neoliberal fixado na busca de maximização de lucros no curto prazo e *coisificação* (reificação) da dimensão humana — reduzida a mero *insumo* do processo produtivo, insumo cujos *custos* os donos do capital buscam reduzir ao máximo de forma imediatista.

3. DESGASTE: ABORDAGEM INTEGRADORA

* O conceito de *desgaste* permite formular outra abordagem, a partir de outro modelo. Neste, o *desgaste* é visualizado como produto de uma correlação desigual de poderes impostos sobre o trabalho e sobre o trabalhador, acionando forças que incidem no processo biopsicossocial saúde-doença. Ou melhor, uma correlação de poderes e forças em que o executante do trabalho se torna *perdedor*.

A médica e socióloga Asa Cristina Laurell, nos anos 1980, foi a formuladora do quadro teórico em que o conceito de *desgaste* se tornou central para o entendimento do adoecimento estudado na perspectiva da Saúde do Trabalhador. O conceito foi construído tendo por base o materialismo dialético. Os textos dessa autora fixaram uma perspectiva geral para entendimento desse conceito, oferecendo uma visão abrangente dos impactos do trabalho dominado sobre a saúde dos trabalhadores.

Laurell e Noriega (1989) afirmam que *desgaste* designaria algo “entendido como perda de capacidade potencial e/ou efetiva, corporal e psíquica” (p. 110, grifos nossos). Ainda, de acordo com esses mesmos autores, que, como Doray, adotam o referencial teórico do materialismo histórico, há, no trabalho alienado, uma utilização *deformada* e *deformante* das potencialidades psíquicas, assim como do próprio corpo.

A ideia de *deformação* implica uma transformação negativa, com a perda de um estado anterior mais satisfatório e valorizado. Pois, como

dizem os autores citados: "O trabalho converte-se numa atividade cujo componente desgastante é muito maior que o da reposição e desenvolvimento das capacidades" (p. 116).

Aspectos específicos da dimensão mental desse desgaste, entretanto, não chegaram a ser estudados por Laurell nas publicações daquela década. Indagada por nós a respeito, em uma de suas vindas ao Brasil nos anos 1980, disse acreditar que tal elaboração teórica deveria ficar a cargo dos especialistas da área "psi" que estudam a Saúde Mental no Trabalho.

Quando Christophe Dejours publicou na França, em 1980, o livro que fixa os primeiros embasamentos do que viria a ser a Psicodinâmica do Trabalho, o título da obra foi *Travail: usure mentale*, que em tradução literal corresponde a *Trabalho: desgaste mental*. Nesse livro, porém, surpreendentemente, o autor não formula qualquer conceituação para um quadro teórico referente ao termo *usure* (*desgaste*) presente no título. No Brasil, o livro foi traduzido sob o título *A loucura do trabalho*. Vale acrescentar que a reedição ampliada da obra em francês, em 1993, manteve em 1993 o título de 1980, assim como as edições subsequentes, até a de 2008 (DEJOURS, 1980/1987, 1993 e 2008).

A formulação que propomos adota um embasamento inicial na proposta teórica de Laurell como ponto de partida para analisar o *desgaste mental no trabalho*. Como expomos a seguir:

Nas interseções entre processo de trabalho e processo saúde-doença, determinações de ordem sociopolítica e econômica passam a atuar. Nas situações de trabalho dominado, a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados se configura como *desgaste*.

Sob a noção de potenciais psíquicos podemos considerar todos os potenciais que dizem respeito à inteligência e aos sentimentos — que costumam se efetivar interativamente.

Consideramos importante assinalar que o *desgaste* humano no trabalho, em sentido amplo, tenderá a ser mais grave em situações de maior *vulnerabilidade* humana. Essa vulnerabilidade é tanto mais intensa: a) quanto maior seja a precariedade das condições de vida; b) quanto menos estabelecido estiver, no contexto nacional examinado, o respeito aos direitos humanos fundamentais e à cidadania. Tratando-se do desgaste

mental, essas condições assumirão conotações muito específicas para ocasionar a sujeição e o desamparo.

A ideia de *corrosão* também corresponde a desgaste e foi adotada por Richard Sennett (1999) quando escreveu o livro que em português recebeu o título *A corrosão do caráter*. O autor estudou esse processo em pessoas de uma grande multinacional que se deixaram envolver pela apologia que valoriza a *transitoriedade permanente e sem compromisso*. Nas observações de Sennett, o caráter dessas pessoas passa por uma corrosão que o deforma e que dissolve antigos laços de companheirismo e solidariedade.

* No conceito de *desgaste mental* é possível integrar a ideia de um *desgaste concreto* processado no plano orgânico — como aquele provocado por certas substâncias neurotóxicas — e o entendimento de um desgaste que diz respeito ao que Mendel (1985) explicitou com "mutilação da personalidade psicossocial historicamente possível". O modo pelo qual a percepção do *desgaste da esperança* em relação ao próprio projeto de vida caminha em paralelo à *deterioração da autoimagem e da autoestima* tem sido estudado por diferentes teóricos a partir de pesquisas de campo realizadas em diferentes contextos de trabalho (MATRAJT, 1994; SELIGMANN-SILVA, 1986 e 1981-1983).

* O modelo centrado no conceito de *desgaste mental* pode ser também tomado como um *paradigma integrador* se contemplado em face dos outros modelos teóricos antes considerados, pois permite compreender as interações entre: a) os "fatores" ambientais e psicossociais objetivados pelos estudos do *work-stress*; b) o mundo subjetivo e a identidade² permanentemente envolvidos nas transformações de seu micro e macrocontextos e nas elaborações de *sentido* vinculadas às transformações — aproximando-se assim também da PDT; c) as diferentes esferas da vida social onde se desenvolvem *relações de poder* — que, quando desvantajosas para a integridade e estabilidade mental do trabalhador, acarretarão o *desgaste*.

O poder não deve ser caracterizado meramente como fonte ou exercício de ação repressiva e, no caso dos ambientes de trabalho, trata-se do

2. Adotamos aqui os conceitos de subjetividade e identidade sob a perspectiva dinâmica da psicologia social, que considera subjetividade e identidade como *processos* em permanente transformação, dotados de *historicidade* e mobilizados em múltiplas interações que podem ter caráter estruturante, desestruturante e reestruturante.

poder de exercer um *controle* humano cujo objetivo é duplo — econômico e político. Econômico, ao garantir o *uso máximo* dos potenciais e capacidades dos trabalhadores. Político, ao tornar os trabalhadores dóceis, obtendo sua sujeição (FOUCAULT, 1977 e 1979).

As relações de poder estão difundidas por todo o tecido social e em múltiplos patamares. Conforme bem analisado por Foucault, as relações de poder se processam em diferentes âmbitos microssociais — que incluem a família e o local de trabalho. Ao mesmo tempo, atravessam níveis intermediários — a empresa e a comunidade. Sem esquecer que as esferas macrossociais — hoje quase sempre apontadas como *globais* — definem desde a divisão internacional do trabalho às políticas industrial, tecnológica e salarial de cada país, balizando as relações sociais de trabalho. Ao mesmo tempo, a cultura e suas escalas de valores passam por metamorfoses importantes no bojo da transformação geral na qual podemos reconhecer, pela desigualdade e assimetria em que envolve uma imensa fonte de injustiça e de *sofrimento social* (RENAULT, 2008).

Assim, o *desgaste mental* relacionado ao trabalho, quando pesquisado em casos clínicos concretos, no nível individual e de forma contextualizada, revelará o *modo* como esse desgaste foi tecido, com a participação do mesmo trabalhador, pelo entrecruzamento de determinações sociais originadas em diferentes instâncias (AUBERT, 1993).

Processos de desgaste orgânico têm sido bem estudados em sua correlação com situações de trabalho. Mas, quando se trata de focar a vida mental, será que é possível compreender também, em termos de desgaste, os fenômenos que ocorrem na interação trabalho-esfera mental? A ideia de “corpo consumido” pode ser transferida para a de “mente consumida”? Será possível reconhecer um desgaste das capacidades mentais (cognitivas e psicoafetivas) determinado pelo trabalho, de forma independente da ocorrência de “desgaste” ou da destruição de estruturas do sistema nervoso central? Essa é a questão que cabe examinar e tentaremos fazê-lo com respeito a alguns pontos essenciais.

Antes de passarmos adiante, vale ponderar alguns outros fenômenos associados ao desgaste.

A *expropriação*. Jervis (1979) mostra que as pessoas e as relações interpessoais, inseridas no sistema de produção capitalista, são *reificadas* dentro dos processos em que emergem a alienação e a fetichização. Rei-

ficação quer dizer *coisificação*, e que, reduzidas a “objetos” introduzidos no processo de produção, as pessoas são despojadas de sua essência humana. Temos, assim, uma outra vertente de análise, quando consideramos a forma pela qual a situação de trabalho dominado/explorado atua poderosamente sobre o trabalhador enquanto pessoa dotada de subjetividade, que modula relações e usos pessoais do tempo, do espaço, dos próprios gestos e pensamentos. Este seria o “trabalhador por inteiro”, que estaria exposto a ser *expropriado* de componentes importantes de sua subjetividade, no interior daquelas situações em que a sujeição é intensa — o que costuma ocorrer em conjunturas nas quais a correlação de forças capital-trabalho desfavorece particularmente este último. No trabalho em linhas de montagem, essa fenomenologia da “expropriação da subjetividade” foi bem analisada por Bernard Doray (1981). Essa perspectiva de análise poderia, talvez, abrir caminho para que o conceito de desgaste pudesse ser utilizado em tais situações, desde que a ideia de *perda* estivesse no núcleo do conceito, já que no da “expropriação” temos a ideia de perda por subtração ou roubo.

É viável a definição de uma perspectiva bastante próxima a essa possibilidade teórica, se considerarmos a conceituação de Laurell e Noriega (1989) sobre desgaste como *perda* ou *deformação*, já resumida acima.

No Quadro 2 procuramos apresentar uma visão dos três níveis em que o desgaste mental relacionado ao trabalho pode ser caracterizado.

QUADRO 2

DESGASTE MENTAL — TRÊS NÍVEIS
I — Quadros Clínicos que correspondem ao desgaste literal: desgaste orgânico. Exemplo: dano cerebral pela ação de substâncias neurotóxicas.
II — Variações do “mal-estar”: fadiga mental e física — Alterações psicológicas e fisiológicas transitórias ou cumulativas.
III — Desgastes que afetam a subjetividade, atingindo a identidade do trabalhador através do ataque à dignidade e/ou da <i>corrosão</i> dos valores e do caráter (Sennett, 1999).

3.1 O Desgaste Literal ou Orgânico

Num primeiro momento, deve ser lembrado que os danos decorrentes de situações de trabalho podem efetivamente atingir o *substrato orgânico da mente*. Isto pode acontecer, seja em acidentes de trabalho, seja pela ação de produtos tóxicos que exerçam ação destrutiva ou prejudiquem os processos bioquímicos do sistema nervoso, assim ocasionando déficits intelectuais ou transtornos de ordem psicoafetiva. Como exemplos, temos as atividades em que os trabalhadores estão expostos ao chumbo, ao mercúrio ou a outros metais pesados; ao estireno, ao tolueno e a outros solventes; e ao metanol ou a outros produtos, cujas ações neurotóxicas são, há muito tempo, conhecidas. Parece-nos que vale a pena assinalar que os distúrbios mentais vinculados aos efeitos de vários produtos químicos foram estudados de modo detalhado, verificando-se, inclusive, que, para a identificação precoce das intoxicações, a avaliação psicológica é de grande valor — especialmente quando inclui o estudo neurocomportamental realizado mediante a aplicação de baterias especiais de testes (HAENNINEN, 1978; LINDSTROM; HARKONEN; HERNBERG, 1976; MIKKELSEN et al., 1988). A gravidade e a irrecuperabilidade dos danos neuropsíquicos produzidos em muitas dessas intoxicações precisam ser consideradas. Agentes biológicos e físicos, igualmente, poderão agredir o sistema nervoso.

3.2 O Desgaste Funcional e as Variações do Mal-estar. A Fadiga

Num segundo momento da reflexão conceitual, cabe verificar se um dos transtornos mais estudados por psicólogos do trabalho, ergonomistas e psicofisiologistas — a *fadiga* — é passível de ser entendido como desgaste, e, nesse caso, que desgaste seria esse?

A fadiga mental é indissociável da fadiga física. Por esse motivo, é adotada atualmente a expressão "cansaço geral", por mais que, conforme a situação de trabalho, possa tratar-se de uma fadiga predominantemente física ou mental. Nos casos em que o cansaço se acumula ao longo do tempo, surgem os quadros que têm sido designados como "fadiga crônica" ou *fadiga patológica* (BRENNER, 1987), marcada não apenas pelo

cansaço que não cede ao sono diário, mas também pelos distúrbios do sono, pela irritabilidade, pelo desânimo e, às vezes, por dores diversas e perda de apetite. Este cansaço, passando então também pela dimensão corpórea, se faz desgaste aferível em termos de danos orgânicos, além de conter o sofrimento mental de inúmeras perdas. Ao mesmo tempo, constata-se aí uma *deformação* que afeta, entre outros aspectos, o humor e a sociabilidade.

Certamente, o desgaste produzido através de fadiga não poderá ser dissociado, em seus processos, dos demais aspectos que estamos examinando aqui. Laurell e Márquez (1983) já haviam visualizado o estresse dentro do processo de desgaste: "Um elemento importante para entender o desgaste ou a lenta destruição do trabalhador no processo de produção é o estresse ou tensão nervosa" (p. 104). E, mais adiante, no mesmo livro:

A reação de estresse pode ser vista como um elemento particular do processo de desgaste vinculado especialmente à organização do trabalho em fase de submissão real do trabalho ao capital. É, assim, um dos efeitos do que se denominou subcarga qualitativa/sobrecarga quantitativa de trabalho, típica dos processos de trabalho taylorista-fordista e automáticos, que origina uma forma específica de consumir a força de trabalho e desgastar o produtor desse trabalho. (p. 106; tradução pela autora)

Aubert e Gaulejac identificaram, ao longo dos anos que marcaram o início da estruturação produtiva, como a retórica que impunha de modo imperativo a excelência havia gerado um novo tipo de neurose nos empregados — a neurose de excelência. Uma neurose para cuja instalação contribuíam simultaneamente o estresse resultante da intensificação do trabalho e do "medo de não ser avaliado como excelente" articulado a dinâmicas subjetivas que degradavam (desgastavam) a autoimagem e a autoconfiança (AUBERT; GAULEJAC, 1991).

Foi observado, em pesquisas de campo realizadas com trabalhadores industriais não qualificados, que quanto maior o cansaço, menor a possibilidade de *lazer ativo significativo e de participação social em geral*, inclusive de participação política. Desse modo, o cansaço se faz ponte importante para a intensificação de uma *sujeição* que, muitas vezes, se constitui